

INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO JESUÍTICA NAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES BRASILEIRAS

Pedro José de Souza ¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo central investigar de que forma o modelo de educação jesuítico influencia as escolas cívico-militares. Como objetivos específicos, iremos apresentar as origens do modelo de educação jesuítica no Brasil; em seguida, abordaremos como nasceu o ideário das Escolas Cívico-Militares no país; bem como o atual momento de funcionamento das mesmas e as possíveis consequências desse modelo para a educação. Partimos do problema: existe uma influência da educação jesuítica nas escolas cívico-militares do Brasil? Se sim, de que maneira se dá e quais as consequências de sua implementação para a educação? O trabalho se deu a partir de pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, com as contribuições de Freyre (2003), que nos ajudou a entender como se introduziu e quais os métodos da educação jesuítica. No início da colonização, os jesuítas receberam a incumbência da metrópole portuguesa de civilizar os “aborígenes”, impondo e utilizando a força. Entendemos que a ideologia embutida no decreto que instituiu o Programa das Escolas Cívico-Militares no Brasil comunga com o modelo jesuíta. Percebe-se que há um pensamento de que se deve buscar um padrão de educandos que respeitem a ordem, a pátria, os valores, por meio do rigor no cumprimento das regras, disciplina e exclusão de quem não se encaixa. Uma escola que não respeita a pluralidade de culturas, exclui quem mais necessita, violenta os direitos. De modo que, parcialmente, finalizamos, entendendo que o resultado dessa influência jesuítica na educação não favorece um processo educacional inclusivo e democrático. Não combate as reais causas dos problemas de violência, evasão, falta de pertencimento, ao contrário. Freire (1987) e também Freire (1997) vem contribuir na reflexão de outro tipo de escola, diversa desse modelo autoritário, excludente, que se isenta de exercer seu importante papel de levar cidadania e humanização às crianças e à juventude.

Palavras-chave: educação jesuítica, Escolas Cívico-Militares, violência, disciplina.

¹ Mestrando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal de Lavras - UFLA, pedro.souza8@estudante.ufla.br.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo central investigar de que forma o modelo de educação jesuítica influencia os métodos educativos das escolas cívico-militares, que vêm sendo implementadas país afora. Como objetivos específicos, inicialmente, iremos apresentar as origens do modelo jesuíta de educação no Brasil; em seguida, abordaremos como se introduziu a ideia de implementação em nível nacional das escolas cívico-militares; bem como o atual momento de funcionamento dessas escolas e as possíveis consequências desse modelo para a educação no Brasil. Analisaremos o decreto que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, destacando alguns pontos que consideramos mais polêmicos. Tentaremos mostrar como diversos pontos desse decreto representam retrocesso, se assemelhando em diversas práticas ao modelo de educação jesuítica. A pesquisa parte da seguinte problemática: existe uma influência da educação jesuítica no modelo educacional das escolas cívico-militares no Brasil? Se sim, de que maneira se dá e quais as consequências de sua implementação? Consideramos importantíssimo o debate acerca desse tipo de modelo de escola, que vem se apresentando como a panaceia para os problemas da educação, quando na verdade, parece se tratar de um modelo conservador, reacionário, violento, excludente de educação. Sendo assim, com vistas a contribuir com uma educação acolhedora, diversa, a pesquisa que ora se apresenta, torna-se de suma relevância.

A escrita desse artigo partiu de algumas inquietações e leituras. O duro momento em que vivemos no Brasil, com o avanço de políticas ultraconservadoras, nos motivou a refletir sobre o projeto das escolas cívico-militares. O estudo do livro *Casa Grande & Senzala* do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre foi o ponto de partida. Lendo o livro e outros estudiosos da obra, encontramos algumas conexões do modelo de educação jesuíta com o modelo das Escolas-Cívico-Militares. A pesquisa é de enfoque qualitativo e parte de uma busca documental, por meio de decreto presidencial, notícias e também de busca bibliográfica, de referenciais teóricos que nos ajudaram a dar embasamento. E também é do tipo exploratória.

1.1 Referencial Teórico

Quando aqui chegaram, no período da colonização, a Ordem dos Jesuítas recebeu a incumbência da metrópole portuguesa de civilizar os “aborígenes”, lhes

ensinando os costumes europeus, conforme a moral cristã católica; e também a Língua Portuguesa. Conforme Freire, os jesuítas: “procuraram destruir, ou pelo menos castrar, tudo o que fosse expressão viril de cultura artística ou religiosa em descordo com a moral católica e com as convenções europeias. Separaram a arte da vida”. (FREYRE, 2003 p. 178). Esse trabalho de educação promovido pelos jesuítas se deu a partir da imposição, utilizando a força, o medo. O autor citado anteriormente expõe a forma pedagógica com a qual agiam os jesuítas na educação dos meninos indígenas: “O fim, o moral, o pedagógico, de influir pelo medo e pelo exemplo do castigo tremendo sobre a conduta do menino”. (FREYRE, 2003, p. 199). Entendemos que a ideologia embutida no decreto que institui a Política Nacional das Escolas Cívico-Militares, comunga com esse modelo tradicional. Percebe-se que há um pensamento de que se deve buscar um padrão de educandos, que respeitem a ordem e a pátria, mesmo que essa não os respeite; que sigam um padrão moral cristão, no modo de falar, de se vestir, de se comportar. A busca desse padrão se dá através do rigor na exigência do cumprimento das regras, severa disciplina; e na exclusão de quem não se encaixa nesse perfil. Um tipo de educação autoritária, absolutista, como ocorria nos tempos em que os jesuítas ainda exerciam forte influência na educação do país, especialmente nos colégios católicos e que de certa forma influencia até os dias atuais. De acordo com Costa:

Havia uma espécie de regime absolutista do patriarca na administração da justiça de família, em que se mandava matar não somente os escravos, mas os próprios meninos e moças, seus próprios filhos. Esse caráter pedagógico, disciplinar e correccional chegava aos moldes de crueldade e sadismo não somente nas casas grandes, mas também nos colégios de padres. É nessa tradição que parte da infância brasileira foi educada até boa parte do século XX. (COSTA, 2015, p. 53)

Pensamos que uma escola que não respeita a diversidade, a pluralidade cultural e os contextos a que seus alunos estão inseridos, que exclui aqueles que mais necessitam de acolhimento, violenta os direitos, a democracia. De modo que, parcialmente, finalizamos, considerando que as escolas cívico-militares recebem imensa influência do modelo de educação jesuítica. E também que essa influência não favorece um processo educacional inclusivo, não combate os problemas existentes no espaço escolar e que essa exclusão é mais violenta que as violências que ocorrem nas escolas, onde a ação de humanização é entendida como ineficaz para os agentes da opressão. Os mesmos que não possuem qualificação pedagógica (ancorada na ciência), necessária para um processo de transformação dos espaços educacionais, em que os educandos se tornem

não somente sujeitos de deveres, mas também de direitos. O diálogo é alegoria, a rigidez disciplinadora é a solução para esse modelo tradicional influenciado pelos jesuítas e encampado pelo Programa das Escolas Cívico-Militares. Para o autor a seguir: “O diálogo, como encontro dos homens para a “pronúncia” do mundo, é uma condição fundamental para a sua real humanização”. (FREIRE, p. 77, 1987). A influência jesuítica nas escolas cívico-militares também não contribui no combate as reais causas da violência, ao contrário, ao serem excludentes, as escolas se isentam da responsabilidade e do dever que deveria ter.

2. METODOLOGIA

O estudo se deu a partir de uma pesquisa de enfoque qualitativo, de tipo, bibliográfica e de caráter exploratório, através de livros, dissertação e artigos, os quais nos ajudaram a dar embasamento à argumentação de nossas hipóteses. Conforme o autor: “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (GIL, 2002, p. 44)

Como é também uma pesquisa que abordará concepções político-pedagógicas, ela falará sobre ideologias, característica de uma pesquisa bibliográfica. Assim afirma Gil: “As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõe à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas”. (GIL, 2002, p. 44)

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1. O modelo de educação jesuítica

Durante o processo de ocupação do Brasil, a coroa portuguesa, para garantir o domínio sobre o território, tão vasto e ainda com um povo hostil (os aborígenes), necessitava de um trabalho que impusesse sua cultura, seus costumes, sua língua, por meio de seu sistema educacional e a catequese, a fim de garantir a unidade. Quem ficou a cargo dessa tarefa foi a Ordem dos Jesuítas. Conforme o autor a seguir:

Os jesuítas foram outros que pela influência do seu sistema uniforme de educação e de moral sobre um organismo ainda tão mole, plástico, quase sem ossos, como o da nossa sociedade colonial nos séculos XVI e XVII, contribuíram para articular como educadores o que eles próprios dispersavam como catequistas e missionários. (SILVA, 2003, p. 90)

Esses se embrenhavam por todas as partes, facilitando esse contato maior com os nativos, o que favorecia maior unidade no território, com essa missão de catequisar, “civilizar” todos e em todos os lugares, como constatamos abaixo:

Estavam os padres da S.J. Em toda parte; moviam-se de um extremo ao outro do vasto território colonial; estabeleciam permanente contato entre os focos esporádicos de colonização, através da “língua geral”, entre os vários grupos de aborígenes. Sua mobilidade, como a dos paulistas, se por um lado chegou a ser perigosamente dispersiva, por outro lado foi salutar e construtora, tendendo para aquele “unionismo” [...] (FREYRE, 2003, p. 90)

Esse contato do missionário jesuíta europeu com os povos indígenas se deu a partir de uma mentalidade colonizadora. De acordo com o autor citado acima: “A história do contato das raças chamadas superiores com as consideradas inferiores é sempre a mesma. Extermínio ou degradação”. (FREYRE, 2003, p. 178). Houve imposição da cultura do colonizador e destruição da cultura local, fazendo uso da força. Ainda conforme o mesmo: “[...] o vencedor entende de impor ao povo submetido a sua cultura moral inteira, maciça, sem transigência que suavize imposição. O missionário tem sido o grande destruidor de culturas não europeias [...]” (FREYRE, 2003, p. 178).

Se for comparar o tratamento dado pelos protestantes ingleses aos povos nativos da América do Norte, o tratamento dos jesuítas aos indígenas do território brasileiro não foi tão duro, ainda assim, não deixou de ser violento. Percebe-se, conforme citaremos abaixo, o tipo de prática educacional jesuítica que seria fundada no Brasil, punitiva e violenta.

[...] deve-se em grande parte aos jesuítas não ter sido nunca o tratamento dos nativos da América pelos portugueses tão duro nem tão pernicioso como pelos protestantes ingleses. Ainda assim os indígenas nesta parte do continente não foram tratados fraternal ou idilicamente pelos invasores, os mesmos jesuítas extremando-se às vezes em métodos de catequese os mais cruéis. Da boca de um deles, e logo do qual, do mais piedoso e santo de todos, José de Anchieta, é que vamos recolher estas duras palavras: “espada e vara de ferro, que é a melhor pregação”. (FREYRE, 2003, p. 217)

Os meninos indígenas tiveram também forte influência jesuíta em seus costumes. De acordo com o autor citado abaixo:

os meninos, uns homenzinhos a forças desde os nove ou dez anos. Obrigados a se comportarem como gente grande: o cabelo penteado, às vezes frisado à Menino Jesus; o colarinho duro: calça comprida; roupa preta: botinas pretas; o andar grave; os gestos sisudos; um ar tristonho de quem acompanha enterro. (FREYRE, 2003, p. 411)

Esse modelo educacional tem um passado colonial absolutista, patriarcal, escravocrata. O mesmo parece persistir nas estruturas da sociedade. No momento atual, inclusive, é política institucional do governo brasileiro, tal como veremos posteriormente, com a tentativa de militarização das escolas.

O tipo de escola em que seus “educadores” são temidos, autoritários, que puniam, inclusive fisicamente, é o modelo tradicional herdado dos jesuítas. Espaços de um passado que eram lugares de terror. Conforme Costa:

Aos meninos lhes restavam apenas o cumprimento irrestrito dessa cultura “educativa”, pois ela era imposta por todos os jeitos, incluindo os mais cruéis através de castigos e humilhações. Inclusive alguns infantes ficavam gagos em decorrência desse sadismo dos senhores patriarcais e padres mestres”. (COSTA, 2015, p. 54)

3.2. O modelo de educação das escolas cívico-militares

Nessa parte do artigo iremos buscar como surgiu a ideia das Escolas Cívico-Militares no Brasil, sua conexão com o modelo jesuítico, como vem se dando sua implementação e suas implicações para a educação no país.

Há que se diferenciar os tipos de instituições escolares militares. Temos a escola ou academia militar, aquelas que formam ou profissionalizam pessoas que já atuam na área, ou seja, que já ingressaram no serviço militar; temos os colégios militares, geralmente destinados a filhos de militares. Esses dois modelos geralmente são usados como exemplos de escolas de qualidade, de excelência. Seu público normalmente é de pessoas de uma classe mais favorecida.

Além desses dois modelos de instituições educacionais militares, surgem as escolas cívico-militares. Essas são escolas públicas, geralmente estaduais, onde militares atuam no processo educacional, especialmente na parte disciplinar. Eles também atuam na pedagógica, já que participam da elaboração dos projetos político-pedagógicos, do planejamento e da gestão. Modelo de escola que surge com o propósito de diminuir os índices de criminalidade de determinadas regiões e melhorar também as notas dessas escolas em avaliações externas. São escolas estaduais de regiões mais pobres que se transformam em espaços mais parecidos com quartéis.

A onda conservadora que vem tomando conta do mundo e de modo particular no Brasil a partir da eleição do Presidente Jair Bolsonaro em 2018 traz consigo um projeto

de mudança cultural, que passa também pela educação. O autor a seguir fala dessa importância e da influência que a educação pode exercer na cultura nacional, da mesma forma que a Igreja exerce:

A colaboração entre estes organismos e as universidades deveria ser muito estreita, bem como sua colaboração com todas as escolas superiores especializadas de qualquer tipo (militares navais etc.). A finalidade consiste em obter uma centralização e um impulso da cultura nacional que fossem superiores aos da Igreja Católica. (GRAMSCI, 1982, p. 127)

Em 05 de setembro de 2019, o presidente Bolsonaro, instituiu por meio do decreto nº 10.004 o PECIM (Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares). Esse novo projeto de país, que visa promover mudanças estruturais na cultura vai passar, especialmente, pelas novas propostas educacionais. Conforme os autores:

Tudo isso resvalaria na escola, a partir de proposituras antes contidas, tais como escola sem partido, educação domiciliar (homeschooling), e claro a escola cívico-militar. Salienta-se que tais proposituras não nasceram com a eleição presidencial ocorrida em outubro de 2018 no Brasil, elas apenas ganharam evidência e apoiadores abertos a defendê-las enquanto programa de governo. (GODOY E FERNANDES, 2021, p. 200)

A educação domiciliar (homeschooling) e as Escolas Cívico-Militares, como se observa, defendem métodos semelhantes à educação jesuítica, tais quais: a disciplina rígida, o regramento moral, a punição, a violência, o não diálogo, a padronização, controle do modo de se vestir, de falar, imposição de corte de cabelo padronizado. Freire afirma que:

O antidialógico se impõe ao opressor, na situação objetiva de opressão, para, pela conquista, oprimir mais, não só economicamente, mas culturalmente, roubando ao oprimido conquistado sua palavra também, sua expressividade, sua cultura. (FREIRE, 1987, p. 78)

Com tantos estudos acerca dos malefícios do castigo físico no ato de educar, em pleno século XXI ainda há aqueles que defendem essa prática, inclusive proibida por lei no Brasil. Conforme reportagem de Aline de Souza, Clarissa Levy, Mariama Correia e Diana Cariboni, publicada na Agência Pública (Agência de Jornalismo Investigativo)², existe um movimento no Brasil que defende e assedia o Congresso pela aprovação do projeto de lei que busca regulamentar a educação domiciliar no Brasil (homeschooling). Ainda segundo a reportagem, os apoiadores desse tipo de educação domiciliar, defendem o castigo físico das crianças, usando muitas vezes argumentos religiosos:

² Matéria disponível em: <https://apublica.org/2022/07/homeschooling-brasil-castigo-fisico-bater-aned-hslda/>. Acesso em 20 jul. 2022.



Treinamento oferecido pelo maior grupo de promoção da educação domiciliar (homeschooling) no Brasil encoraja pais a bater em suas crianças “calma e pacientemente” como forma de educar, revela uma investigação da Agência Pública e da openDemocracy. Livros, sites e vídeos consultados pela reportagem dão dicas aos pais de como bater em crianças e contornar a lei – evitando lesões graves, marcas visíveis e humilhação pública. Materiais também afirmam que pais que não castigam os filhos com a “vara” não amam a Deus ou aos seus filhos.

O Programa das Escolas Cívico-Militares (Pecim), tem a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e médio, que será desenvolvido pelo Ministério da Educação com o apoio do Ministério da Defesa, sendo implementado em colaboração com estados, municípios e o Distrito Federal. Identificamos partes do decreto que caracterizamos como problemáticas quanto ao que entendemos ser o papel de uma escola plural, diversa, democrática e que tenha em seus quadros profissionais que sejam formados para a prática pedagógica moderna. No inciso V, do artigo 2º para fins do disposto no Decreto, considera-se:

gestão de processos educacionais – promoção de atividades com vistas à difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão em ambiente externo à sala de aula. (BRASIL, [2019])

Quais valores humanos seriam esses? Quais bons comportamentos e atitudes seriam difundidos? Valores a favor da família tradicional cristã, formada por um homem e uma mulher? Valores contra o ateísmo, o “feminismo”, o “abortismo”? Contra a cultura e a música popular, o funk, a tatuagem, contra a “ideologia de gênero”, o debate acerca da educação sexual nas escolas? Valores contra a humanização das pessoas que se encontram marginalizadas? Em seu artigo 4º, que trata dos objetivos do Pecim, destacamos alguns incisos para se problematizar; o IV: “ - proporcionar aos alunos a sensação de pertencimento ao ambiente escolar” (BRASIL, [2019]), o V: “ - contribuir para a melhoria do ambiente de trabalho dos profissionais da educação” (BRASIL, [2019]), o VIII: “ - contribuir para a redução dos índices de violência nas escolas públicas regulares” (BRASIL, [2019]) e o X: “ - contribuir para a redução da evasão , da repetência e do abandono escolar” (BRASIL, [2019]). Entendemos que a violência que alcança as escolas é fruto também da falta da presença do Estado nessas comunidades por meio de políticas sociais. Observemos o que diz esse autor: “o Estado desconsidera os fatores sociais causadores da violência, como desemprego, desigualdade na distribuição de renda e ausência de políticas educacionais, culturais, esportivas e de lazer para a comunidade, entre outros”. (SERAFIM, 2021, p. 80). Nessas

comunidades e, conseqüentemente nas escolas ali inseridas, às crianças e à juventude é negado bons espaços de lazer e cultura, proteção contra maus tratos, violência, acesso a uma boa alimentação. Essa parcela da população convive com o tráfico, crescem em famílias desestruturadas, cercadas de pobreza. Esse público, embora, muitas vezes sejam considerados “problema”, têm o direito de estarem no ambiente escolar, ainda que ali não se identifiquem, ainda que esse espaço os exclua. Conforme o autor citado anteriormente:

Segurança e ordem são necessárias para um bom desenvolvimento do trabalho pedagógico, mas isso deve ser feito sem renunciar à humanização dos indivíduos. Para tanto, a escola deve construir com os estudantes sua humanidade democrática, inclusive no que tange ao relacionamento coletivo. (SERAFIM, 2021, p. 80)

Determinadas escolas não querem esse aluno problemático, agressivo. Parece-nos que querem um aluno pronto, sem problemas. É um modo também de se manter na zona de conforto, já que é muito mais difícil ter que lidar com o aluno que tem mais deficiências de aprendizagem, de disciplina. Opta-se por excluir e dizer a esse aluno e a seus familiares que se ele não se enquadrar a essas normas disciplinares, ele será expulso da escola, portanto, o espaço vai se elitizando e excluindo aqueles que mais necessitam. É de se lamentar quando observamos muitos educadores, inclusive, apoiando gestões que não conseguem resolver problemas pedagógico-disciplinares e a qualquer situação recorrem às polícias. Quando defendem a implantação das escolas cívico-militares, querem transferir suas tarefas pedagógicas (que incluem lidar com questões emocionais, disciplinares) para agentes militares, sem formação pedagógica. Portanto, entendemos que o que diminui índices de violência, de abandono e evasão escolar nessas comunidades, são políticas públicas. A diminuição desses índices não irá acontecer tentando disciplinar por meio de ameaças, coação, medo, terror. “Vulnerabilidade social não é algo que se combate com rigidez e violência militar, mas sim com justiça social e políticas públicas de inclusão, lembrando que estas devem ser pautadas nos princípios da equidade”. (GODOY E FERNANDES, 2021, p. 203). Outras questões problemáticas encontram-se no artigo 5º que trata das diretrizes do Pecim, no inciso II: “utilização de modelo para as Ecim baseado nas práticas pedagógicas e nos padrões de ensino dos colégios militares do Comando Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares” (BRASIL, [2019]); no inciso VIII: “viabilização da contratação pelas Forças Armadas de militares inativos como prestadores de tarefa por

tempo certo para atuarem nas áreas de gestão educacional, didático-pedagógica e administrativa” (BRASIL, [2019]). Utilizar como modelo para as Ecim³ as práticas de ensino e padrões dos colégios militares esbarra em duas questões. Primeiro, em se tratando do público desses colégios militares, de filhos de militares, as condições socioeconômicas desse público são bem diferentes das escolas públicas a que se destina o Pecim. Segundo, práticas pedagógicas não funcionam de maneira padronizada quando o público é diferente e quando os recursos e a estrutura do espaço escolar também são diferenciados. Nos colégios militares, tanto a estrutura é melhor quanto os profissionais são mais qualificados e melhor remunerados. Entendemos que militares inativos contratados para atuarem, especialmente na área didático-pedagógica, não possuem competência para tal, já que não possuem nem a experiência, nem a qualificação necessária. Entendemos que, além de não possuírem competência, exercem um papel antipedagógico, quando impõem regras extremamente rígidas, com pouco espaço para o contraditório, padrões morais profundamente questionáveis, como exigência de posturas, comportamentos, roupas “adequadas”, cabelos bem “cortados” e padronizados. De acordo com os autores citados logo abaixo: “a militarização das escolas civis tem como alvo a gestão administrativa e pedagógica das escolas com o intuito claro de padronização civil de comportamentos”. (GODOY E FERNANDES, 2021, p. 204). São espaços pouco democráticos, com pouco debate com a comunidade escolar que muitas vezes é composta por pais trabalhadores e ausentes, devido aos problemas sociais e a ação insuficiente da escola, que também é marcada por falta de recurso financeiro, apoio material e falta de pessoal, além, é claro da pouca valorização do poder público. Para os autores citados acima:

A democracia no seio da sociedade é algo complexo, difícil e demanda tempo, porque é dinâmica, porque é lutas das contradições, mas sem ela qualquer outro valor é mero falseamento da realidade. No tocante à escola em especial, na sua dinâmica não seria diferente, pois é espaço privilegiado para as contradições, diferentemente dos quartéis do exército brasileiro e dos batalhões das polícias militares espalhados em todo o território brasileiro, em que as contradições são facilmente sufocadas pelo alto comando [...] (GODOY E FERNANDES, 2021, p. 202)

Pontos questionáveis são contidos também no artigo 9º, no inciso VIII: “ – promover a divulgação do Pecim com o objetivo de conscientizar a comunidade escolar sobre as vantagens que serão trazidas pela implementação das Ecim” (BRASIL, [2019]);

³ Ecim = Escolas Cívico-Militares.

e no inciso IX: “ – apoiar a realização de consulta pública formal e de caráter vinculante à comunidade escolar com o objetivo de aprovar o modelo de Ecim a ser implementado”. (BRASIL, [2019]) Há relatos de que as consultas realizadas com as comunidades escolares com vistas à aprovação do modelo das Ecim são pouco participativas e, portanto, pouco democráticas. E as comunidades entremeadas com seus diversos problemas, acabam sendo capituladas pelo discurso dos ideólogos das Ecim, e passam a acreditar que a única solução para esse problema é polícia, repressão, que é a única tarefa que os militares sabem fazer, pois essa é a formação desses.

No dia 04 de fevereiro de 2021, foi realizada consulta pública, reunindo direção, professores e comunidade escolar, da Escola Estadual Cônego Osvaldo Lustosa, na cidade de São João del-Rei, Minas Gerais. Na ocasião, foi perguntado se a comunidade concordava com a implementação do programa das Escolas Cívico-Militares na instituição. De acordo com informação do Portal de Notícias Mais Vertentes⁴, a consulta teve participação muito pequena: “De acordo com apuração da direção, dos 35 funcionários que não puderam comparecer na escola para votar, 33 votaram sim e 2 pessoas se abstiveram. Foram à escola votar 42 alunos e 74 pais ou responsáveis”.

Os defensores desse modelo de escola apontam a melhoria da disciplina, do respeito à hierarquia e do desempenho em avaliações externas de escolas militarizadas do país, o que justifica o aumento de escolas desse tipo no Brasil. Porém:

essa atribuição direta desse diferencial de desempenho como efeito escola é questionável dado que os alunos dos colégios militares são normalmente diferenciados, tanto por características familiares, como pelo acúmulo de conhecimentos (condição inicial), além do próprio processo de seleção que as escolas militares estabelecem. Ou seja, o diferencial de desempenho das escolas militares pode estar mais relacionado com o processo seletivo do que com sua proposta pedagógica. (BENEVIDES E SOARES, p. 318)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto nesse estudo a partir também das reflexões teóricas que fizemos, entendemos que o projeto de Escolas-Cívico-Militares que vem sendo implementado no Brasil tem base ideológica calcada fortemente no modelo de educação jesuítica. O decreto federal que instituiu o Programa de Escolas Cívico-Militares

⁴ Matéria disponível em: <https://www.maisvertentes.com.br/noticia/2249/especial-a-importancia-das-escolas-civico-militares-para-sao-joao-del-rei>, acesso em: 19 jul. 2022.

(Pecim) possui viés conservador, punitivista, autoritário, violento, excludente, antidemocrático. O mesmo visa implementar um modelo padronizado de educação, equivocadamente, especialmente se for pensar na extensão territorial do nosso país e em nossa diversidade sociocultural. Para os autores a seguir:

a educação brasileira não é uniformizada, aspectos sociais precisam ser considerados para que possamos avaliar sua efetividade. Agregada à análise geográfica do Brasil, temos um país com imensas desigualdades sociais acentuadas principalmente nas regiões periféricas. (MEDICI, M. S; MEDICI, D; LEÃO, 2020, p. 208)

Os defensores desse modelo, dentro os quais inclusive educadores, entendem que as escolas não conseguem mais dar conta da violência em seus espaços. Defendem que a solução é o rigor disciplinar, que se perdeu. Consideram que se dá poder demais aos alunos, que eles não respeitam mais porque perderam suas referências: família (com o chefe, o patriarca, rígido), Igreja (com as regras morais). São os mesmos defensores de um modelo educacional que se utiliza até de violência para correção, quando se necessite. E a solução para resolver esses problemas, que impede maior sucesso no processo de ensino e aprendizagem e a melhoria nos índices das avaliações externas, é a implementação das Escolas Cívico-Militares, mesmo que à custa da não humanização desses jovens problemáticos. Para esses, a indisciplina se trata com rigor na punição, até a expulsão, ou seja, a exclusão do espaço escolar:

Só há disciplina, pelo contrário, no movimento contraditório entre a coercibilidade necessária da autoridade e a busca desperta da liberdade para assumir-se. Por isso é que a autoridade que se hipertrofia em autoritarismo ou se atrofia em licenciosidade, perdendo o sentido do movimento, se perde a si mesma e ameaça a liberdade. Na hipertrofia da autoridade seu movimento se robustece a tal ponto que imobiliza ou distorce totalmente o movimento da liberdade. A liberdade imobilizada por uma autoridade arbitrária ou chantagista é a liberdade que, não se tendo assumido, se perde na falsidade de movimentos inautênticos. (FREIRE, 1997, p. 77)

Entendemos, portanto, ser importante a disciplina, com vistas a um maior sucesso no processo de ensino e aprendizagem, porém, diante de algumas realidades sociais e econômicas encontradas em determinadas comunidades, não basta. Não funciona se não houver humanização. Não funciona se for imposta de forma autoritária, utilizando-se de medo e ameaças, a menos que se pretenda uma escola não para todos e excludente ou com poucos espaços para os educandos se tornarem criativos e autônomos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 05 de setembro de 2019.** Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília. [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10004.htm. Acesso em: 19 jul. 2022.

COSTA, Ricardo Peres da. Gilberto Freyre e a infância no Brasil patriarcal. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, SP, Ano VI, n. 10; p. 41-60, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/123940>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não – cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso, 48ª ed. ver. – São Paulo: Global, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Emerson Andre e FERNANDES, Maria Dilneia Espindola. ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: uma breve análise do decreto 10.004/19. **InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Campo Grande, MS, v. 27, n. 54; p. 197-212, jul./dez. 2021.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A. 1982.

MEDICI, Monica Strege, MEDICI, Domenico dos Santos e LEÃO, Marcelo Franco. Militarização da Escola Pública: uma Reflexão Histórica do Sistema Educacional Brasileiro e das lutas em Mato Grosso. **Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 12, n. 2, p. 206-224, 2020.

SERAFIM, G. de O. L. **A Práxis de uma Diretora na Gestão de uma Escola Militarizada**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília. Brasília, p. 163, 2021.